

Reflexões livres sobre as manifestações de rua no Brasil

Celso Felizola Santos¹

Introdução

Resisti a escrever sobre esse assunto e protelei até não poder mais. Sentia um certo receio de repetir uma série de asneiras que ouvi (e li) por aí - e isso não me deixava confortável. Elas (as asneiras) vinham de todos os lados, com todas as nuances hilárias, trágicas, ufanistas. Em minha concepção, emitir opinião acerca do que não se sabe é charlatanice, estrelismo ou oportunismo e, em todos os casos, acabam por denotar irresponsabilidade. É claro que não tenho a responsabilidade de um cientista social, nem a pretensão de ser um deles. Meu compromisso é comigo mesmo e com algumas pessoas com quem me relaciono politicamente.

Devo acrescentar que ainda estava conjecturando sobre o movimento quando chegou às minhas mãos um texto postado em um blogue pela socióloga Marília Moschkovich, que participou inicialmente das manifestações acompanhando o MPL (Movimento pelo passe livre). O texto parecia entrar em ressonância com algumas de minhas conjecturas. A partir daquela leitura, de outros textos, reportagens, de uma conversa que tivemos, eu e alguns companheiros, entre eles o nosso amigo Valter, dei mais sentido a minhas reflexões. Tomei a decisão de externar as ideias que me afligiam (que me perdoem os leitores).

Assim, pretendo tecer considerações sobre cada uma dessas ideias, relacionando-as com a conjuntura, buscando um equilíbrio entre a paixão ofuscante e a visão dialética dos acontecimentos. Talvez resulte em um texto longo, enfadonho para alguns, mas não dá pra deixar por menos. Não será menor a tarefa de elaborá-lo. Eis o rascunho dessas linhas de pensamento que espero sirva para estimular outras reflexões.

1. Um mundo em mudanças

O mundo mudou: “encolheu”, se tornou mais transparente. Na verdade, mudanças sempre existiram, mas a partir da modernidade as transformações passaram a ocorrer com taxa de velocidade cada vez maior. Face à integração através da tecnologia, que possibilita a transferência de dados quase que instantaneamente, e ao alto grau de conexão entre as economias as crises econômicas se abatem quase que simultaneamente sobre blocos inteiros de países. O capital se organiza e reorganiza incessantemente para manter uma certa ordem nesse caos.

Também as formas de interpretar a realidade exigem mudanças. As velhas teorias, aquelas que não consideram a dialética das sociedades; as que cuidam apenas das aparências dos fatos, não dão conta de uma realidade tão mutante. Tampouco o marxismo,

¹ Formando em Letras, port/espanhol/literaturas pela UFRRJ/ Diretor do Centro de Intercâmbio Cultural Martí Popular.

como muitos pretendem fazer, pode ser usado como fórmula estática de análise composta de verdades absolutas. Sem a concepção de que o marxismo trata da essência da composição da sociedade e não das aparências, pode-se dizer que ele realmente morreu. Melhor: foi morto pelo dogmatismo (coisa que sempre tentaram fazer os reacionários sem sucesso).

Sem medo de também ter taxado de dogmático lembro que Marx, ao conceber a noção de classes sociais divide-as em duas: a classe dominante e a classe dominada, a burguesia e o proletariado. Mas os neomarxistas dizem que hoje as classes não são mais apenas duas, são três, são quatro, são cinco!... e os marxistas arrependidos, fazendo coro com a direita repetem: não existe mais luta de classes, isso é coisa de marxista! Estrelismo, oportunismo ou analfabetismo político?

Observemos inicialmente que Marx inicia o segundo capítulo do Manifesto, datado de 1848, escrevendo: “A História de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes”, deixando bem claro que se tratava de uma afirmação marcada no tempo - pra isso serve a expressão “até hoje”. Ele não deixa um dogma, mas um marco na história.

Continuando a leitura do manifesto lemos, logo adiante: “A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas.”, mas conclui: “No entanto, a nossa época, [...], possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam [...]”. Observemos novamente o marcador de tempo “a nossa época”.

Mas na atualidade, principalmente depois da queda do chamado “socialismo real”, parece que se criminalizou a expressão “burguesia”, - e, conseqüentemente “proletariado”. Insistamos um pouco nisso para ver se as coisas começam a clarear: Engels, no prefácio da edição inglesa de 1888 do Manifesto comunista, escreve: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado.” E acrescenta: “Por proletariado, a classe de assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem.”.

Evidentemente que na sociedade pós-moderna as coisas se complicam. Podemos inserir no campo da burguesia vários setores proprietários interdependentes, mas que têm como ponto comum a exploração da mão de obra de outra classe. Nenhum deles depende de alguém que lhe pague um salário para sobreviver. No campo oposto se coloca o

proletariado e suas subdivisões. Traduzindo para a representação dos economistas tem-se o que se chama de pirâmide social, que no país sempre teve a pobreza e a miséria como base.

2. As mudanças sociais no Brasil

O país sofreu grandes mudanças sociais nos últimos dez anos: a chamada classe média sofreu um incremento significativo e a miséria foi reduzida consideravelmente. Conforme nos indica Flavia Gianini, na revista *Isto é*, "Nova classe C transforma pirâmide social em 'losango'" (GIANINI, 2011)². Segundo pesquisa apontada na revista pela autora, a classe média (?) brasileira contava em 2010 com 101 milhões de pessoas, passando a representar a maior parcela da população brasileira, o que corresponde a 53% de seu total.



Fonte: Cetelem BGN / Ipsos

Observando os dados abaixo e fazendo um estudo comparativo observamos o seguinte: a chamada classe DE, que em 2005 constituía mais de 50% da população, passou a representar algo em torno de 47%, sofrendo assim um decréscimo. Em contraposição houve um aumento da classe AB, de 14% para 21%, e da classe C, de 34,5% para os 53%. Comparativamente, pode-se verificar que o número de ricos aumentou, a camada média da população aumentou, mas não na mesma proporção, e a pobreza diminuiu acentuadamente.

Assim, a classe C, nessa nova configuração social, apresenta novas e crescentes demandas. A parcela oriunda da antiga base já não se satisfaz com os antigos padrões de vida e reclama seu espaço. Os que já compunham aquela classe têm que disputar com os emergentes espaços e serviços minguados e, há muito, estagnados. Enquanto isso, a classe AB fica com a maior parte do bolo.

² http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_NOVA+CLASSE+C+TRANSFORMA+PIRAMIDE+SOCIAL+EM+LOSANGO 22.

3. As conjunturas dos governos Lula e Dilma

O milagre econômico dos governos Lula reduziu o risco Brasil e possibilitou que o país atravessasse várias crises mundiais sem maiores abalos, e até com certo crescimento, também teve seu calcanhar de Aquiles: numa nítida aliança do Governo com a elite foi mantida inalterada a estrutura política do país, continuou-se o programa de privatizações e a economia baseada na exportação de matérias primas em detrimento da produção industrial. E mais: a partir de 2005, ainda no 1º governo Lula, com a ampliação da classe AB alastrou-se a corrupção; com a manutenção da política neoliberal continuou-se a deterioração dos serviços de educação, saúde e transporte, os quais já vinham sendo sucateados desde a década de 90.

Como já dissemos de início, o mundo mudou muito nos últimos 30 anos. Deixamos de ser chamados de *macaquitos* para sermos considerados uma economia mundial. No entanto, já nos governos do início do período da pós-ditadura militar, num processo complementar àquela, passou-se à execução da segunda fase do plano neoliberal: início das privatizações das estatais que deram certo, liquidação da tecnologia nacional e a retomada da tendência colonial de agrário-exportador e consumidor de produtos e serviços de alta tecnologia importada. Essas mudanças trazem, nos últimos anos, a TV por assinatura, a internet, as redes sociais, compartilhando, simultaneamente, sonhos e aspirações entre sociedades díspares, próximas ou distantes.

4. As manifestações

Nas manifestações que culminaram com os grandes movimentos do início deste mês observa-se que, em sua maioria, são jovens da terceira geração pós-ditadura militar e que coincidentemente constituem o contingente que ganhou de presente a globalização. Paralelamente, esses jovens não alcançaram mais o alto risco Brasil, tiveram como normal o acesso universal à educação, e como sonho possível o acesso a uma universidade. O acesso on-line à informação nivela nossos jovens aos de qualquer parte do globo. Como usuários de uma tecnologia que a maioria não domina, passam a viver de modo quase virtual, desempenhando papéis como se fossem personagens de um jogo no qual não têm nada a perder, pois podem comprar com créditos virtuais tudo, até vidas.

Mas, para cada jogo, ou grupo de jogos, tem um ou alguns desenvolvedores. E essa é a grande incógnita: que tipo de mente está no controle de ações massivas tão sincronizadas? Como num jogo estratégico sempre há os objetivos a serem alcançados. Quais são os objetivos reais visados? Que setores saem lucrando com esse jogo? Especulemos, a partir dos fatos concretos que se pode levantar e da análise das bandeiras de luta do movimento.

4.1. Manifestações: um pouco de história

O fenômeno das manifestações que ora vivemos não é novidade. No país do *bom selvagem*, já há algum tempo alguns movimentos tomaram conta de cidades inteiras. Muitos tiveram como fatores deflagradores algumas medidas governamentais ou conjunturas insustentáveis, outros tentaram responder a anseios que a população julgava justos. Desses movimentos alguns setores tentaram tirar proveito, em alguns, conseguiram. O papel da mídia sempre foi relevante. Os fatos a seguir nos ajudarão nessa reflexão.

No Rio de Janeiro de 1904, por exemplo, a insatisfação das massas despejadas pelas reformas de Pereira Passos chegou ao auge com o decreto truculento da vacina obrigatória. Positivistas e oposição, manipulando a mídia de então (revistas e jornais) não perderam a oportunidade e fomentaram o quebra-quebra. A massa, que nesse movimento já contava com a participação dos estudantes, foi o protagonista nessa história.

No entanto, por traz dos bastidores, como afirma Alessandra Viveiros, os setores reacionários, “Financiados pelos monarquistas [...], jacobinos e florianistas usam os jornais para passar à população suas idéias conspiradoras, por artigos e charges.” (VIVEIROS, 2013)³ E preparam um golpe que, por ironia, só não tem maior adesão por causa do clima de terror que os próprios golpistas ajudaram a implantar. Nessas circunstâncias “Lauro Sodré e outros golpistas conseguem, então, tirar da Escola Militar cerca de 300 cadetes que marcham, armados, para o palácio do Catete.” (VIVEIROS, op. cit.). O golpe foi sufocado, a paz foi restaurada, e a varíola foi erradicada no país.

Outros quatro movimentos, de maiores proporções e abrangência, viriam a acontecer no país ainda no século passado: as manifestações em favor da entrada do país na Segunda Guerra Mundial, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o movimento pelas Diretas já!, e o Fora Collor!

O primeiro desses acontece quando, aproveitando a indignação popular com os ataques alemães a navios brasileiros, “a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou passeatas nas principais cidades brasileiras, exigindo a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados.”⁴ Getúlio Vargas, pressionado pela adesão popular, acaba declarando guerra ao nazi-fascismo. Nesse movimento tiveram papéis de destaque os jornais as revistas e as emissoras de radiodifusão.

O segundo movimento, de base conservadora, surgiu em março de 1964 e se constituiu de uma série de manifestações, ou "marchas", organizadas principalmente por setores reacionários do clero em resposta às propostas de *reformas de base* do Governo João Goulart. Esse movimento, que teve adesão de uma camada média da população, trazia como essência o medo do comunismo. A partir dele abriram-se as portas para uma

³ © Revista Eletrônica de Ciências - Número 21 - Agosto / Setembro de 2003. Disponível em: <http://www.cdcc.usp.br/ciencia/index.html>. Acesso em : jun 2013.

⁴ <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/brasil-na-segunda-guerra---terror-no-atlantico-navios-torpedeados-e-declaracao-de-guerra.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ditadura militar que durou 21 anos⁵. Aqui, além dos jornais, revistas e emissoras de rádio alinhadas, já se destaca uma incipiente mídia televisiva, que ganha força justamente no período da ditadura.

O movimento das *Diretas Já!*, capitaneado pelos setores médios da sociedade, e com a participação de todos os partidos políticos de centro-esquerda, na verdade teve o apoio de grandes empresários. Estes tinham interesses concretos: viam no fim da Ditadura Militar a possibilidade de avançar sobre uma fatia do poder (as estatais) cevada durante anos à custa do povo, e compartilhada com poucos. O grito de *Diretas Já* ecoou em várias capitais brasileiras como o maior grito dado pelas massas. Nesse movimento a televisão teve papel preponderante. É justamente essa mídia que retorna em 1992, 3 anos após a eleição do Presidente que ela ajudou a eleger, para apoiar o *Fora Collor*.

Este movimento, cujos participantes ganharam a alcunha midiática de “Os caras pintadas”, congregou setores médios e pequenos investidores insatisfeitos com o confisco de suas economias. Mediante uma enxurrada de denúncias de corrupção no governo, não demorou para que a Câmara, pressionada pelos “jovens na rua”, aprovasse o processo de impeachment do Presidente. Sem saída, Fernando Collor renuncia. Assume a Presidência o Vice, Itamar Franco. Onde está o golpe? Se estiver interessad@ acompanhe-me no parágrafo seguinte.

Sabe-se que Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito sob a vigência da nova Constituição Federal (1988). Sua proposta econômica: reduzir a presença do Estado na economia, ou seja, implementar a receita neoliberal no país. A falta de uma base de apoio e as medidas extremamente impopulares o levaram a fracassar nesse intento. Quebrou o compromisso. Com o impeachment de Collor sobe ao poder Itamar Franco, que agora conta com o apoio de massa e uma extensa base aliada. Nessas condições, até a oposição se sentia cúmplice. E Itamar inicia sem grandes problemas o processo de privatizações (pelo setor siderúrgico)⁶, que seria aprofundado posteriormente pelo governo Fernando Henrique. (Descobriu o golpe?).

⁵ [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A marcha da familia com Deus](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A%20marcha%20da%20familia%20com%20Deus). Acesso em 21 jun. 2013.

⁶ <http://oglobo.globo.com/politica/itamar-franco-iniciou-processo-de-privatizacoes-de-empresas-estatais-2715651>

5. Novamente sobre os 10 anos de governo do PT (melhor seria dizer governo articulado pelo PT): políticas externa e interna, o novo pacto, a nova mídia

A compreensão da conjuntura de esgotamento a que chegaram os setores neoliberais ortodoxos possibilitou a ascensão de uma nova aliança ao poder, detentora de uma forte inserção no movimento social e que desse a impressão de uma ruptura com o antigo modelo. Só inserção. Na verdade tratava-se de uma negociação onde os antigos setores abririam mão de certas posições, enquanto o setor ascendente, tendo à frente o Lula, ganhava a liberdade de executar ajustes na economia, articulava um novo pacto que fosse capaz de recuperar a credibilidade do país interna e externamente. Era vital recuperar os investimentos externos para escapar da bancarrota. A conjuntura mundial de formação de blocos econômicos foi sabiamente aproveitada pelo novo governo. Numa visão bastante aguçada, Lula promove um gradual afastamento político do país em relação aos EUA, até então parceiro privilegiado do Brasil, rebaixando àquele país ao *status* de *mais um parceiro*.

A abertura do mercado brasileiro aos demais blocos inaugura um novo período para o país, possibilitando que pudéssemos transitar entre as crises sem sermos afetados seriamente por nenhuma delas em particular. Além disso, novas descobertas de riquezas naturais, como o caso do pré-sal, apontam o Brasil como uma das possíveis potências econômicas do globo, e podem apontar para a necessidade de revisão de muitos maus – e lesivos- acordos que foram feitos no passado entre o Brasil e os EUA. No entanto, ainda que estejamos um pouco desvinculados do *Tio Sam*, ele nos controla, nos pressiona, nos ameaça, não apenas a nós, mas a toda a América Latina⁷ e o mundo, principalmente através da tecnologia.

Com efeito, no período já mencionado anteriormente como o das privatizações dos setores siderúrgicos e, posteriormente, do energético e das telecomunicações, a empresa norte-americana MCI arrematou, a preço de bananas, a nossa EMBRATEL. Assim, enquanto o então Presidente Fernando Henrique Cardoso falava sorridente nas TV's sobre o quanto havia rendido ao país a venda da estatal, estava entregando nas mãos dos EUA não apenas um patrimônio nosso, mas o controle de todas as telecomunicações do Brasil, inclusive da sigilosa *Banda x*, por onde trafegam nossas comunicações militares!!!

Carece de uma investigação mais profunda o controle das telecomunicações no mundo, principalmente no ciberespaço, cuja divisão já não se dá por frequências nem por tempo, mas por criptogramas, o que significa que várias mensagens podem circular pelo mesmo meio sem que possam ser interceptadas, a não ser pelos que possuem os as chaves correspondentes. Desse modo, ao nos conectarmos à web normal poderemos estar fazendo parte de uma rede que não conhecemos e servindo de micro-provedor de uma rede clandestina, para nós imperceptível (a *deep web* e seus *paradigmas*). Se pensarmos que nessa rede, de alguma forma, se usam dispositivos e instalações que já existem, podemos aventar a possibilidade de que, ainda que negada e perseguida mundialmente pela CIA, essa rede, que veicula conteúdos os mais esdrúxulos e impensados por mentes

⁷ Ver *A quem interessa o golpe militar em Honduras*. Disponível em <http://martipopular.org/>

normais, bem poderia ser um de seus tentáculos. Assim, entregar o controle de nossas telecomunicações ao estrangeiro foi um ato de redundante *entreguismo*.

O fato é que alguém, no controle dessa imensa rede (que inclui todas as modalidades de intervenção cibernética possíveis), pode fomentar o caos onde quer que seja (na Líbia, no Egito, Síria, na Grécia, no Brasil etc., de acordo com os interesses em destaque). Além do mais, existe uma política deliberada de pressão sobre o Brasil por parte do governo norte-americano, a começar pela presença ofensiva do senhor Obama, que quando de sua última visita ao Brasil ordenou cínica e intencionalmente o bombardeio à Líbia. Nesse sentido figuram também o apoio ao golpe no Paraguai e a instalação de uma base militar naquele país, a 420 km de Itaipu (vide matéria em http://www.martipopular.org/golp_honduras.htm).

Esse elenco de fatos denota que o “monstro do norte” quer mais que recuperar o espaço comercial perdido nessas duas últimas décadas. Não é demais pensar também que as táticas utilizadas pela Inglaterra para deflagrar a “guerra do ópio” hoje podem ser implementadas através da rede mundial. O que não faltam aqui são colaboradores lesa-pátria.

6. O novo pacto com as novas elites: mudanças, contradições

O Quando se abordou, na primeira parte, as mudanças ocorridas na última década não de quis atribuí-las na sua totalidade aos méritos dos governos encabeçados pelo PT, mas também às conjunturas internacionais que o mundo atravessou nesse período. Lula soube explorá-las muito bem, tecendo alianças majoritárias com uma burguesia nacional agrário-exportadora, sem deixar de fora os setores de construção civil e de serviços.

A indústria nacional, que já havia sido praticamente liquidada pelos governos anteriores, continuou a arrastar-se por caminhos alheios a sua vocação: algumas indústrias passaram a importar produtos prontos, já com suas marcas, e etiquetados com “*made in Brazil*”. Ou seja, de fabricantes passaram a distribuidores de produtos que levam suas próprias marcas.

A grande construção civil, em contrapartida, expandiu-se e ganhou status internacional. Os setores de serviços, mediante acordos entre Estados, associaram-se ao capital internacional para operar no território brasileiro através de consórcios, que vão desde rodovias até os recentes contratos de administração de estádios.

Assim, a economia nacional sobreviveu com uma economia dependente majoritariamente da agroexportação que consome de maquinarias importadas, e dos setores de serviços, onde grandes consórcios operam estruturas financiadas pelos governos e pagam os empréstimos contraídos com os lucros da exploração. Lugar de destaque deve ser dado à hipoteca das novas descobertas do pré-sal.

Essa nova configuração econômica provocou grandes alterações na composição política da máquina administrativa em todo o país, dando margem a duas componentes: uma, que garante o lucro do capital, desde que associado ao nacional, outra, que garante os programas sociais desenvolvidos pelo governo; uma, que é sua base de sustentabilidade econômica e política, outra, que é de sustentação eleitoral –de quatro em quatro anos. Desse quadro emergem as contradições, as quais buscaremos explicar a seguir através de uma sequência de raciocínios:

- A base do sistema capitalista é a exploração, ou seja, um capitalista, nacional ou internacional, não pode sobreviver enquanto tal sem explorar cada vez mais a classe a ele subjugada;
- O pacto com o governo deve garantir essa crescente exploração;
- Aumento da exploração implica em aumento da corrupção. E também da miséria;
- O governo, através de programas sociais, busca diminuir a miséria;
- Diminuição da miséria implica em novas demandas, que não podem ser atendidas pelo Governo sem romper com sua base de sustentação econômica e política;
- O governo transita nessa área de conflitos, tendendo a ceder aos setores que exercerem maiores pressões.

Desse modo, as manifestações populares no país tropical me parecem portar um conteúdo muito mais complexo do que simplesmente uma tomada de consciência de uma grande parcela da juventude: os anseios legítimos da maior fração da sociedade brasileira podem está sendo usados por uma aliança entre os setores mais reacionários do país e interesses externos. É evidente que não há risco de GOLPE, mas um golpe já está sendo dado: durante o período das manifestações o número de eleitores que consideram o Governo Dilma bom ou ótimo caiu 27 pontos. Não se menciona as cidades onde a pesquisa foi efetuada, citando apenas a fonte: Datafolha. Na internet, a notícia da queda da aprovação do governo detectada nos dias das manifestações mais intensas ainda figura em toda parte como se fosse atual.

Mas essa manipulação não fica só na internet: a capa da revista *Época* da semana passada trazia como chamada a pergunta *Cadê a estadista?* Ao lado, o contorno da Presidenta, sugerindo seu desvanecimento. A revista *Veja* do mesmo período pergunta: *É assim, no grito?* E mostra uma figura alusiva ao planalto à beira do precipício, com o governo despencando junto com a bandeira do PT. Aliás, coincidência ou não, o *Financial Times*, do Reino Unido, por ocasião dos protestos de junho, veiculou a ideia do *fim do milagre do PT*. Bakhtin explica.

Assim, para mim não restam dúvidas que os setores mais reacionários e entreguistas de outrora não querem o golpe explícito, e sim a derrocada do governo, visando os próximos pleitos eleitorais, quando aparecerão como os salvadores da pátria. Daí a hostilidade contra os partidos. Afinal, partidos são memória, e esquecer é preciso. Os

setores que ora compõem com o Governo esperam para ver para onde pende o fiel da balança. Este, por seu lado, aproveita as pressões populares para encaminhar ao Congresso propostas que em outras conjunturas jamais sairiam do papel (não há aí também uma espécie de contragolpe?).

7. As demandas populares: “nem tudo que reluz é ouro”

Afinal, chegou o momento de falarmos um pouco sobre as demandas apresentadas pelas manifestações de junho, e faremos isso sem o oportunismo midiático, em primeiro lugar, porque não temos porque fazer média, em segundo, porque temos compromisso com a coerência, e nada mais. Assim, faremos um breve exame em algumas das principais demandas apresentadas pelos manifestantes no intuito de identificar-lhes os conteúdos.

Conforme ficou patente em nossa análise, não dá pra negar o nível de corrupção existente nos governos. E somos terminantemente contra a corrupção. No entanto, já deixamos bem claro onde está seu gérmen: o sistema capitalista. É assim que ele funciona: corrompendo, enganando, fingindo, explorando.

Se dermos uma olhada em volta de nós mesmos, não muito longe, veremos que a corrupção está em muitos lugares: na política, na igreja, na escola etc., nos mais diversos níveis, e em muitos casos ela é até tolerada, e até despercebida; é uma cultura que foi disseminada, como o ópio. Afinal, vivemos a “cultura da vantagem”, parceira da corrupção. E para combater esta necessitamos de uma contracultura, por muito tempo. É bom gritarmos contra a corrupção, mas não nos esqueçamos de sua dimensão.

Por outro lado, são denunciados também os atuais níveis de corrupção nos dois últimos Governos, Lula e Dilma. Também concordo. Em níveis absolutos são bastante altos, e revoltantes. Mas se compararmos o nível de informações e transparência que temos hoje, e o que tínhamos há dez anos veremos que a corrupção atualmente é muito mais visível. Mas não devemos nos conformar com isso: cobremos punição exemplar para os corruptos (inclusive juízes)... e para os corruptores; punições com rigor proporcional ao cargo ocupado pelo corrupto, sem esses *vai e volta*, essa enrolação. E também cuidemos para que nas próximas eleições nossos parentes, vizinhos, amigos, e até nós mesmos, não recebamos algum dinheiro para *votar em* ou *trabalhar para* determinados candidatos. Isso também é corrupção. O que se coloca, pois, não é somente transformar a corrupção em crime hediondo, mas combatê-la, onde quer que estejamos; lutar por mecanismos de supervisão e controle com a participação popular revogável; lutar contra o sistema que lhe dá origem.

Outro exemplo é a bandeira *Contra a PEC 37*, ou “PEC da impunidade”, que limitaria o poder de investigação criminal do Ministério Público, principalmente dos crimes de corrupção. Ainda no mês de junho, como consequência das manifestações populares a Câmara dos Deputados, numa reviravolta histórica, rejeitou por quase unanimidade a Proposta. Vitória do movimento. Mas, até aonde? Vejamos.

A PEC 37 trazia em seu bojo a contradição Ministério Público x Polícias Federal/Civil. Ao nos colocarmos contra a PEC, que acho correto tomamos a posição de elevar o primeiro órgão em relação aos demais e, claramente, dar-lhe o status de entidade suprema, imaculada, sagrada, o que, na verdade, não existe. Faltou, como no caso anterior, a exigência, mesmo no caso do Ministério Público, dos mecanismos de controle mencionados no item anterior.

No caso do transporte a questão também é complicada: as demandas passam pelo *passage livre para os estudantes*, pela revogação dos aumentos e redução do preço das passagens, e até pelas mais genéricas, como melhoria do transporte público. Analisemos essas demandas pela ordem que estão colocadas no texto.

Primeiro: não existe gratuidade em nenhum empreendimento; ou há trocas ou transferência de recursos, o que acaba dando no mesmo. Dentro do sistema capitalista, para o empresário aquilo que ele chama de lucro é intocável. No caso do transporte urbano, as empresas de ônibus operam “concessões” e estabelecem preços sem critérios claros ou baseados em planilhas elaboradas por eles próprios. Não existe uma planilha elaborada pelo poder público. Logo, os órgãos do governo não têm dados nem controle reais sobre os custos do transporte urbano. Dessa forma, a gratuidade para alguns acaba saindo dos bolsos dos demais usuários (e não se sabe exatamente em que base são feitos os cálculos).

Semelhantemente ao *passage livre*, a redução do preço das passagens (ou a revogação do aumento, como se deu em alguns casos,) também é ilusória, e se traduz em perda indiretas para a população, uma vez que a parceria poder público- empresário de transporte está mais inclinada para a isenção ou redução da cobrança de alguns impostos pagos pelas concessionárias, e isso acabaria por servir de desculpa para a redução dos investimentos em serviços essenciais para a população, como em saúde e educação. O problema, portanto tem maior amplitude do que parece.

O que pensamos sobre a situação do transporte passa, primeiro, pelas concepções de transporte público, transporte de massa, e mobilidade urbana. Transporte público é o transporte que é para o povo. Transporte de massa é a modalidade de transporte público capaz de dar conta de um grande fluxo de usuários, sem congestionamentos, em horários de pico. Isso coloca o ônibus de fora. Estes são os causadores dos maiores congestionamentos que ocorrem nos grandes centros urbanos. Sabe-se que no interior das grandes metrópoles europeias e asiáticas, e até norte-americanas, o uso dos ônibus não é recorrente.

Deste modo, não se trata lutar por melhoria no transporte urbano (não basta melhorar o que não presta), mas sim, pela implantação de um sistema de transporte de massas integrado a um planejamento urbano no qual a preocupação maior seja a mobilidade urbana e não os interesses de grandes empresas de transporte. No Brasil dispomos de engenharia pra isso.

Mais verbas para a educação também é uma ótima bandeira, desde que tenhamos políticas educacionais sérias, gestões (não apenas na base) comprometidas e mecanismos

populares de fiscalização e controle que não sejam apenas figurativos, cartoriais, como as atuais Associações de Apoio à Escola, os Conselhos Escolares e similares, que salvo raras exceções, são apêndices de gestores autoritários. Seria interessante ter manifestações para remover entulhos autoritários de nosso sistema educacional, para reivindicar eleições diretas em todos os níveis na educação, etapas imprescindíveis para gerar gestões transparentes e democráticas, para acabar com as “escolas de estatísticas” e manter decentemente as escolas de fato. Os atuais níveis de investimentos na educação, ainda que relativamente baixos, estão sendo mal aplicados. “Mais verbas” só melhora a educação se moralizarmos as gestões, repito, em todos os níveis de ensino e administração. Do contrário teremos mais corrupção.

Quanto à saúde, é necessário que definamos que tipo de atendimento queremos, se estamos falando de expandir os planos de saúde para todos, colocando os custos nas contas do governo, ou se estamos falando em uma revolução na saúde pública brasileira, que cada vez mais definha. Creio que no primeiro teríamos o apoio dos grandes exploradores dos serviços de saúde e até de muitos representantes desses planos no Congresso. Mas a população já sabe, e experiências de outros países já denunciaram – que planos de saúde não são solução para quem não tem dinheiro – e muito dinheiro. Não consigo imaginar um indivíduo comum sendo atendido numa emergência por uma equipe transportada por um jatinho. Esse indivíduo continua, com plano ou sem plano, sendo cada vez mais mal atendido.

Nossa saúde vai muito mal. Pior: não temos saúde preventiva, apenas um arremedo. Essa modalidade de atendimento colaboraria com o desafio dos grandes centros de atendimento corretivo e de emergência, possibilitando que, através de reformulação das políticas públicas de saúde, do controle rígido do sistema, e severo combate à corrupção se possa revolucionar o sistema de saúde brasileiro.

Conclusão

Não há nada de novo abaixo da linha do equador senão os novos pactos e os efeitos de uma globalização forçada, que certamente produzirá, como se pode observar na história da humanidade, seus excluídos. As manifestações que abalaram o país **não tem** como conteúdo o crescimento da consciência da massa de jovens nem se constituem como uma novidade na história: seu motor é o acúmulo das novas demandas surgidas no seio da massa. Estas são canalizadas por um complexo midiático pós-moderno que, nas devidas proporções, está para a população jovem de hoje como os anteriores estavam para seus jovens contemporâneos.

Nesse contexto, tanto ontem como hoje aqueles há que buscam oportunisticamente obter dividendos políticos ou recuperar espaços perdidos através do endosso das demandas legítimas do movimento.

O que boa parte dos jovens não percebe (ou a eles não interessa) é que com a força das massas, consciente ou não, teria sido possível reverter o quadro de entreguismo que

se instaurou - e continua a dominar a política econômica brasileira – a partir da década de 90 passada, como as constantes privatizações, concessões, e a hipoteca de nossas emergentes fontes de recursos naturais. Não é possível pensar que aqueles que conseguem tamanha façanha de articular imensas manifestações por todo o território nacional não sejam capazes de articular bandeiras mais contundentes contra essa vocação colonial, denunciando a evidente exaustão de nossas reservas e, mais cedo ou mais tarde, a conseqüente derrocada de nossa economia.

Bradar que uma nova revolução é possível, sem governo, sem organizações, sem partidos, não pode inspirar credibilidade, ainda porque todas as articulações se dão a partir de sistemas organizados. A propósito, três dias antes de explodirem as denúncias de espionagem da CIA no Brasil já havíamos dado algumas pistas neste documento (*tem 5.*) de que, de alguma forma, havia algum envolvimento de interesses externos por trás dos bastidores do movimento. E isso continuo afirmando. Portanto, nossa luta, ao invés de apostar na desorganização, deve apontar para o fortalecimento do estado brasileiro e das incipientes instituições democráticas, para o fim das privatizações e terceirizações, a revisão dos leilões de privatizações, a cassação das concessões de exploração de nossas estradas, portos, aeroportos etc., o aparelhamento e reorganização de nossas forças armadas (fora do modelo dos EUA) e reforço de nossas fronteiras, a criação de uma estatal que possa ficar no lugar da EMBRATEL, com infraestrutura própria, e a implantação de polos de desenvolvimento tecnológicos estratégicos integrados às grandes universidades do país. Afina, como já assinalava sabiamente José Martí⁸,

ya estoy todos los días en peligro de dar mi vida por mi país, y por mi deber — puesto que lo entiendo y tengo ánimos con que realizarlo— de impedir a tiempo [...] que [...] los Estados Unidos y caigan, con esa fuerza más, sobre nuestras tierras de América. Cuanto hice hasta hoy, y haré, es para eso. En silencio ha tenido que ser, y como indirectamente, porque hay cosas que para logradas han de andar ocultas, y de proclamarse en lo que son, levantarían dificultades demasiado recias para alcanzar sobre ellas el fin.

Dixi!

⁸ Diariamente estou arriscando minha vida por meu país e por meu dever —uma vez que é minha decisão fazê-lo — impedir a tempo [...] que [...] os Estados Unidos caiam com essa força superior sobre nossas terras de América. Tudo o quanto fiz até hoje, e farei , é para isso. Em silêncio, como que indiretamente, porque há coisas que para consegui-las tem que ser às ocultas, porque ao declará-las, levantariam dificuldades muito grandes para obter-se o fim desejado. Carta de José Martí a Manuel Mercado, campamento de Dos Ríos, 18 de mayo de 1895. Disponível: <http://www.granma.cubaweb.cu/marti-moncada/col-05.html>.